



cadernos **IHU** idéias

## **Adam Smith: filósofo e economista**

Ana Maria Bianchi

Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

**ano 3 - nº 35 - 2005 - 1679-0316**

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

*Reitor*

Aloysio Bohnen, SJ

*Vice-reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Diretora Adjunta*

Hiliana Reis

*Gerente Administrativo*

Jacinto Aloisio Schneider

**Cadernos IHU Idéias**

Ano 3 – Nº 35 – 2005

ISSN 1679-0316

*Editor*

Inácio Neutzling, SJ

*Conselho Editorial*

Berenice Corsetti

Dárnis Corbellini

Fernando Jacques Althoff

Laurício Neumann

Rosa Maria Serra Bavaresco

Stela Nazareth Meneghel

Suzana Kilp

Vera Regina Schmitz

*Responsável Técnica*

Rosa Maria Serra Bavaresco

*Editoração Eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Revisão – Língua Portuguesa*

Mardilê Friedrich Fabre

*Revisão Digital*

Caren Joana Sbabo

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467

[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

*Cadernos IHU Idéias*: Apresenta artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

## ADAM SMITH: FILÓSOFO E ECONOMISTA

Ana Maria Bianchi

Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

Para construir uma espécie de pano de fundo para essa fala, vamos recuar no passado por mais de dois séculos e falar sobre o surgimento da economia política. Em um conjunto de sessões dedicadas aos “Clássicos da Economia”, como a que hoje nos reúne aqui, começaríamos lembrando que a obra que marca o nascimento da ciência econômica é a *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, publicada pela primeira vez, em 1776. Esta obra – e, por conseguinte, a economia política –, surgiu durante o processo multifacetado que foi chamado de “A Grande Transformação”, concomitante ao surgimento da sociedade de mercado. Pela primeira vez na história da humanidade, instalou-se essa forma de economia e de sociedade. É relevante salientar que a transformação retratada tem muitas dimensões, das quais a econômica é apenas uma. Uma dimensão importante é que a grande transformação representou a culminância de uma profunda e abrangente revolução ética, em que valores tradicionais foram questionados e ganharam nova feição. Assim, o recado que queremos transmitir nesta apresentação é que não é por acaso que o fundador da Economia Política, Adam Smith, era também professor de Filosofia Moral na Escócia.

Nossa tese é que, para entender a *Riqueza das Nações*, precisamos mergulhar um pouco na obra anterior de Smith, principalmente em sua *Teoria dos Sentimentos Morais*. Esta última foi publicada pela primeira vez, em 1759, 17 anos, portanto, antes da data considerada na certidão de nascimento da economia política, correspondente à primeira edição de *Riqueza das Nações*. Parte dessa apresentação será dedicada ao ambiente em que Smith foi formado, que transparece em sua primeira obra: de um lado, a influência de seu grupo de filósofos éticos britânicos, dentre os quais David Hume, seu professor e colega; de outro lado, a influência de Bernard de Mandeville, autor da *Fábula das Abelhas*, com quem Smith polemizou. Nas abordagens tradicionais do nascimento da ciência econômica, esta li-

gação é deixada em segundo plano. Na verdade, acreditamos que um entendimento adequado da *Riqueza das Nações* passa, necessariamente, por um mergulho nas idéias exploradas por Smith em *A Teoria dos Sentimentos Morais*.

Em Smith e nos filósofos éticos do século XVIII em geral, estabeleceu-se a até então inconcebível possibilidade de conjunção entre interesses privados e interesse público, entre a busca do interesse próprio do indivíduo e o bem-estar social, entre o bem-estar de cada um e o bem comum a todos. A metáfora da mão invisível bem exprime essa conjunção. Algumas décadas antes, o filósofo holandês Bernard de Mandeville já havia sustentado, contra todas as aparências e desencadeando reações as mais indignadas, que vícios privados podem gerar benefícios públicos. Em sua alegoria, abelhas que cultivavam abertamente vícios como a fraude, a luxúria e o orgulho, contribuíam, sem querer e sem nem mesmo imaginar que isso fosse possível, para a prosperidade da colméia em que habitavam.

A ética da fábula de Mandeville é uma ética de resultados, de natureza teleológica, preocupada menos com o caráter da conduta do que com suas conseqüências. Adam Smith acusa Mandeville de “amoral”, mas à sua própria moda recria seu paradoxo: o que traz nosso jantar à mesa é o interesse de nossos fornecedores, não sua boa vontade; esse interesse com o qual nascem e que carregam até o túmulo. Apesar disso, o regime de livre mercado é capaz de conduzir ao bem-estar social, harmonizando os interesses individuais no interesse geral.

É essencial aprofundar a análise dessa discussão suscitada pela leitura da obra de Smith e, com esse objetivo em mente, vale a pena examinar, mais de perto, os fundamentos da filosofia moral e da economia política smithiana, bem como a relação entre ambas. No meio do caminho, o paradoxo da conciliação dos interesses será retomado. Exploraremos, com certo cuidado, as versões que dão ao mesmo Adam Smith e Mandeville, que, como veremos, são versões aparentadas, porém distintas.

O ponto mais importante de toda a discussão aqui promovida é a necessidade de entender aquilo que alguns consideram uma falácia de composição, ou seja, como a soma de interesses individuais pode ter como resultado o interesse geral. Este é o verdadeiro “nó da questão”, que continua a causar perplexidade entre os descendentes de Adam Smith e em seus leitores, ponto que nem sempre mereceu uma análise cuidadosa. Antes de chegar a ele, porém, vale a pena focalizar a questão do comportamento individual, tema ao qual nos voltaremos agora, em uma breve análise da primeira grande obra de Adam Smith, a *Teoria dos Sentimentos Morais*.

## A Teoria dos Sentimentos Morais

Ao contrário do médico francês Quesnay e de sua escola fisiocrática, cujos membros se autodenominavam *économistes*, Adam Smith, provavelmente, se enxergava como parte da tradição dos filósofos morais britânicos. De fato, como já observamos, foi professor universitário de Filosofia Moral, e não de Economia. No entanto, o curso dado por Smith abrangia desde Teologia Natural e Ética propriamente ditas até Jurisprudência e Economia Política. (MacFie e Raphael, 1976) O fato de que, para Smith, a Economia Política era um ramo da Filosofia Moral, reforça a idéia de que um entendimento mais completo da teoria econômica de Smith não pode prescindir do exame de sua obra da juventude.

O conceito central de *A Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), exposto em seu primeiro capítulo, é a idéia de **simpatia**, que significava para Smith simplesmente a capacidade de se colocar no lugar de outras pessoas. Este seria o fundamento atrás de todo o juízo moral. Ao exercermos nossa simpatia, colocando-nos no lugar de outras pessoas, podemos avaliar se uma determinada ação é adequada ou não, ou, na linguagem da época, se é apropriada (*proper*). Podemos também imaginar como agiríamos em situação semelhante; mais do que isso, podemos imaginar como as pessoas em geral considerariam aquele ato específico. (TSM, cap. 3) Em linguagem metafórica, Smith evoca a figura do **espectador imparcial**, também chamado de “homem dentro do peito”, ou “homem consigo mesmo”. (TSM, p. 83 e 154) Esta imagem, muito comum entre os filósofos éticos britânicos, exprime a capacidade que o ser humano teria de distinguir o certo do errado. Seria uma espécie de termômetro interno ou consciência, que compatibilizaria o auto-interesse com o bem-estar coletivo.

É verdade que diferentes pessoas julgam uma dada situação com base em interesses diversos e estão sujeitas à contaminação decorrente de seus vieses particulares. Contudo, no entendimento de Smith, um julgamento isento e consciente seria aquele proferido por uma pessoa que está na situação de neutralidade característica do espectador imparcial. Este forma seus juízos baseado nos reflexos de sua imagem no conjunto de espelhos em que se mira. A experiência e a observação em sociedade lhe ensinam a julgar, com razoável grau de neutralidade, o conteúdo moral de diversas situações de sua vida. Assim, o fundamento da vida moral seria esse jogo de espelhos que representa a sociedade, em que aprendemos o que é certo e errado ao observar o comportamento alheio, pelo exercício contínuo da simpatia. Esta nos dá o dom de nos colocarmos no lugar de ou-

tras pessoas, sejam estas agentes ativos, passivos, ou meros espectadores. (*TSM*, p. 159)

É interessante notar que, além de conceitos morais, Smith introduz na *TSM* importantes “anúncios” das idéias que viriam a ser identificadas com seu pensamento econômico propriamente dito. Em particular, introduz a noção do **auto-interesse** (*self-interest*), motivação básica e pedra de toque de sua teoria econômica, que tem sua fundamentação e explanação mais completa na *TSM*. Smith inspira-se na escola estoíca de filosofia grega para definir o conceito de **amor-próprio** (*self-love*), que usa como sinônimo de auto-interesse (*TSM*, p. 272). Em que consistiria esse auto-interesse (ou amor-próprio)? Como sentimento natural ao ser humano, diz o autor, significa apenas que cada pessoa deve saber o que é melhor para si. Dessa maneira, cada pessoa teria mais preocupação do que nenhuma outra em manter suas faculdades físicas, mentais, materiais e sociais nas melhores condições possíveis. (*TSM*, p. 82) Quando dirigido a assuntos econômicos, o auto-interesse bem dosado se converteria na virtude da **prudência**, muito exaltada pelos filósofos éticos escoceses. (*TSM*, p. 213) Ora, acrescenta Smith, ainda que a prudência não mereça das outras pessoas a calorosa aclamação social, recebida por virtudes como a benevolência, não deixa de ser reconhecida como virtude.

É importante dizer que a valorização que Smith faz do auto-interesse não está amarrada ao auto-interesse exacerbado, que leva o indivíduo a ignorar ou passar por cima de outras pessoas. Este sentimento, diz ele, facilmente pode recair no egoísmo, o que o torna sujeito à desaprovação moral.

Aqui se observa, de fato, uma importante conexão entre as teorias ética e econômica de Smith. Como visto, o auto-interesse é apenas uma motivação natural, em princípio neutra, mas que pode converter-se em diversos tipos de comportamento: virtuosos, no caso da prudência, condenáveis, no caso do egoísmo. Smith não justifica todo e qualquer comportamento movido pelo auto-interesse, justamente em função da repercussão social dos atos humanos. Assim, na corrida por melhorias materiais, cada indivíduo pode se esforçar e correr tão rápido quanto puder, mas caso tente acotovelar outras pessoas com o intuito de chegar na frente, receberá reprimenda imediata e sincera por parte de todos. (*TSM*, p. 83)

### Um falso paradoxo?

Como vimos até aqui, muito se pode aprender na *TSM* acerca dos fundamentos do comportamento econômico, aspectos que Smith certamente já toma como dados, quando escreve a *Riqueza das Nações* (*RN*). Nesse sentido, é relevante re-

cordar um episódio curioso da história das idéias, ocorrido em meados do século XIX, quando estudiosos alemães levantaram uma questão a que chamaram de “O Problema de Adam Smith”. (Bianchi, 1988; McFie e Raphael, 1976) Esta questão tratava de uma suposta incompatibilidade entre a *TSM* e a *RN*, as duas principais obras de Adam Smith. Por que seriam duas obras incompatíveis? Basicamente, dizia-se, porque a primeira tratava do altruísmo, ao passo que a segunda tratava do egoísmo. Isso levou esses pensadores a aventar três hipóteses: ou Smith teria mudado muito de idéia sobre as motivações humanas nos 17 anos que separam uma obra da outra, ou haveria uma inconsistência simples e pura em seu pensamento, ou, ainda, o que é verdadeiro para a economia seria falso para a moral. Esta última hipótese implicaria que o homem seria frio e calculista em assuntos econômicos, ainda que bondoso e benevolente na esfera moral.

Como pode ser isso? Na verdade, o paradoxo alemão surge de uma confusão que envolve uma matriz de quatro termos, relacionados dois a dois: auto-interesse, egoísmo, simpatia e altruísmo. Como acabamos de ver, Smith não toma auto-interesse como sinônimo de egoísmo. Este ponto deve ser ressaltado, pois gera muitos mal-entendidos. Existe uma lenda segundo a qual o fundador da economia política seria o grande defensor do egoísmo sem freios, opinião cuja precariedade se torna visível para qualquer pessoa que se dedica a ler seriamente sua obra. Como vimos, para Smith o auto-interesse é uma motivação básica e genérica, que se reflete em diversos tipos de comportamento, sendo o comportamento egoísta, no qual o auto-interesse exacerbado leva o indivíduo a passar por cima de outras pessoas, apenas uma das possibilidades. A simpatia, por outro lado, como acabamos de ver, não é nem mesmo uma motivação para a ação, mas apenas uma faculdade humana, que, por si só, não leva a ação nenhuma. Dos sentimentos citados, apenas a benevolência seria uma motivação para a ação, e mais do que isso, uma motivação virtuosa, posto que, segundo o próprio Smith, o indivíduo benevolente é, em geral, aplaudido por todos.

Assim, elucidado este curioso falso paradoxo da história das idéias, podemos também ver, com clareza, como o estudo da filosofia moral de Smith pode ajudar na compreensão de sua economia política.

### **A mão invisível**

Retomemos aqui o assunto principal desta palestra, que é o problema da conciliação do interesse individual com o interes-



se coletivo. Este tema, como todos sabemos, é tratado por Smith em sua famosa passagem da mão invisível. Seu argumento diz, basicamente, que cada indivíduo, agindo apenas em nome de seu próprio interesse, acaba contribuindo, sem o saber, para o bem comum, que, em nenhum momento, tinha sido seu objetivo declarado. Este raciocínio parece paradoxal, porque não está clara a ponte que liga o interesse individual ao interesse coletivo. Mais do que isso, não seria mais óbvio que o requisito para atingir o bem comum fosse que todos atuassem conjuntamente com o objetivo **explícito** de alcançar tal meta?

Como podemos perceber, o assunto que estamos abordando neste momento, é de alta complexidade e de grande importância para as ciências sociais em geral. A metáfora da mão invisível é, seguramente, a imagem mais impactante de toda a história do pensamento econômico, e como causou tanta polêmica e desentendimento, vale a pena pararmos um pouco para discuti-la em mais detalhe.

Primeiramente, é quase um choque notar que a expressão “mão invisível” aparece uma única vez em *RN*, e mesmo assim já da metade para o fim de seu longo texto. (*RN*, p. 456)<sup>1</sup> Se considerarmos a obra completa de Smith, a expressão aparece apenas três vezes, sendo uma delas na *TSM* e a terceira em um ensaio epistemológico, publicado postumamente sobre a história da astronomia.

Como pode uma expressão que apareceu tão poucas vezes ter causado tanto impacto e ter tido tão grande influência? Primeiramente, cabe observar que, a despeito dessa pequena frequência, a idéia que está por trás da “mão invisível” era bastante comum entre os autores de sua época. Há mesmo quem diga que ela era um verdadeiro clichê em meados do século XVIII. De fato, a mão invisível é um caso particular do que podemos chamar de **conseqüências não-intencionais** da ação humana, noção que economistas tão diferentes entre si, como Hayek (1967) e Hirschman (1992) consideram a própria razão de ser das ciências sociais, ou seja, muitas vezes, ações individuais trazem, no agregado, conseqüências que não estavam previstas nos objetivos de nenhum dos agentes.

Mas a mão invisível é um caso especial de conseqüências não-intencionais pelo fato de representar o caso em que estas conseqüências são **benéficas**; nada impede que também exis-

---

1 Aqui vai a citação textual: “... ao dirigir essa indústria de tal forma que seu produto atinja o maior valor, ele tem em mente apenas seu próprio ganho; neste como em muitos outros casos, ele está guiado por uma mão invisível para promover um fim que não era parte de sua intenção. Nem sempre é pior para a sociedade que tal intenção dele não faça parte. Perseguindo seu próprio interesse, ele frequentemente promove aquele da sociedade mais efetivamente do que quando de fato intenta fazê-lo.” (*TSM*, p. 456)

tam conseqüências não-intencionais perversas ou mesmo catastróficas. Um exemplo bastante conhecido disso é a chamada **tragédia dos comuns**, que os livros-textos recentes de economia costumam apresentar, em que a busca desenfreada do auto-interesse por parte de todos pode levar à ruína geral. O exemplo favorito é a caça de baleias, pois, se todos pescarem o máximo que puderem, arriscam o extermínio da espécie e então ninguém poderá mais pescar nada.

Isso posto, é preciso falar sobre o que a mão invisível **não é**. Ela não significa que, em todas as condições e em todos os casos, a busca do auto-interesse por cada pessoa e por todos levará inexoravelmente ao bem-estar geral. Smith seguramente não era ingênuo, e tampouco pode ser tachado de Dr. Pangloss<sup>2</sup> da economia. Ele sabia que tragédias ou situações perversas podem ocorrer, e há muitas ilustrações desse tipo ao longo de toda a *RN*. Assim, sua ênfase ocasional nas conseqüências benéficas da ação da mão invisível não o leva a ignorar que o efeito oposto também era um resultado possível.

Qual é, precisamente, a afirmação de Smith no único trecho da *RN* em que menciona a mão invisível? Ora, ele evoca a metáfora num contexto bastante bem específico, ao discutir um tópico referente ao comércio exterior. Em outras palavras, ele está discutindo um ponto concreto, em relação ao qual, para defender seu ponto de vista, recorre, retoricamente, à metáfora de uma mão invisível. Na famosa passagem, o argumento de Smith tem a ver com crescimento econômico. Diz ele que, como é do interesse de cada indivíduo enriquecer, e como cada indivíduo sabe melhor do que outras pessoas julgar seu próprio interesse e decidir sobre os melhores meios de atingi-lo, o melhor que ele tem a fazer é buscar seu próprio interesse. Ao agir dessa forma, esse indivíduo enriquecerá. Ora, se todos agirem assim, todos enriquecerão e, portanto, o país como um todo enriquecerá.

Vemos assim que o argumento original da mão invisível não é tão paradoxal quanto pode parecer para alguns, afinal de contas. Isso porque o interesse individual não é antagônico ao interesse geral. Muito pelo contrário, sob essa ótica, o interesse geral é simples **soma** dos interesses individuais. Eis o segredo da conciliação de interesses numa condição bem definida: ela ocorre por simples agregação, em um contexto que a viabiliza.

Como também podemos notar, o argumento da mão invisível de Smith originalmente nada tem a ver com a chamada “mão invisível do mercado”, que equilibra automaticamente oferta e

---

2 Personagem extremamente otimista de Voltaire, para quem estamos sempre no melhor dos mundos e tudo sempre vai da melhor forma possível.

demanda, versão que se tornou corrente no folclore econômico. Outro ponto importante é que a mão invisível não precisa ser necessariamente entendida como produto da intervenção divina, pois há um argumento concreto que faz a ponte entre interesses individuais e o interesse coletivo, sem a necessidade de um ser divino para reconciliar *ex post* interesses irreconciliáveis *ex ante*. Nem sempre precisa haver esta harmonização, ocorre apenas que o caso particular que ilustra seu uso da expressão da mão invisível é justamente este.

Será, então, uma mera coincidência que Smith tenha feito menção a conseqüências não-intencionais, e que o tenha feito de tal forma a destacar seus efeitos benéficos? Voltaremos a este ponto mais para a frente, depois de analisar a obra de Mandeville, que trata da mesma questão.

### Vícios privados, benefícios públicos?

Há uma versão bastante anterior à de Smith do argumento da conciliação de interesses, que é devida a Mandeville em sua obra conhecida como a *Fábula das Abelhas*, à qual já aludimos. Esta versão, sim, é bastante mais paradoxal. Como já dissemos, Mandeville conta a história de uma colméia, que simboliza a sociedade humana, e que vivia em grande prosperidade, com base no cultivo de três vícios: a fraude, a luxúria e o orgulho. Acontece que um dia as abelhas, afogadas em culpa, rezam a Deus para que as livre destes vícios. As abelhas são prontamente atendidas (“os velhacos que se tornaram honestos”, como está no título do poema), mas o problema é que a prosperidade da colméia se esvai, em meio ao tédio e à preguiça. Daí a conclusão de Mandeville, que serve de subtítulo à sua fábula: vícios privados, benefícios públicos. Enquanto a luxúria e a fraude operavam, reinava a prosperidade, que se evapora com a correção destes vícios.

De fato, o escândalo provocado por Mandeville reflete a emancipação do mundo econômico relativamente à moral cristã dominante da época (Bianchi, 1988). Seu argumento, como a mão invisível de Smith, mostra-se como um tipo de conseqüência não-intencional, bem à moda do espírito da época. Mas é muito mais paradoxal ao afirmar que são **vícios**, diretamente, que levariam ao bem geral, em contraposição ao ideário religioso de que seriam as virtudes que produziriam tal resultado. Notemos, contudo, que Mandeville refere-se ao bem geral **econômico**, cuja roda seria movida pela ganância e pela luxúria, e não ao bem geral no sentido amplo da expressão.

O argumento da mão invisível de Smith certamente é aparentado ao argumento de Mandeville, que o precede, mas

há diferenças importantes, e por causa delas Smith polemiza fortemente com este. Smith qualifica de falacioso o argumento de Mandeville. Ele enquadra sua abordagem entre as teorias ascéticas bastante populares na época, extremamente rigorosas, segundo as quais as paixões humanas seriam sempre viciosas, independentemente de seu grau e direção. Neste trecho, Smith (*TSM*, p. 458) introduz a questão da intensidade das paixões. Para rigoristas como Mandeville, “virtude” seria a completa extirpação destas paixões. Ora, como isso não é possível, Mandeville conclui que não há virtude, mas que, embora houvesse, seria catastrófico para os negócios. Daí decorre, novamente, sua conclusão favorita, a que se refere Smith (*TSM*, p. 312-3): submetidos a uma administração política competente, vícios privados convertem-se em benefícios públicos.

Smith, pelo contrário, esposava uma visão mais flexível no tocante ao que seriam vícios e virtudes. Seu argumento da mão invisível baseia-se no auto-interesse, que em si mesmo não é vício nem virtude, como fundamento do bem (econômico) geral. Além disso, o autor considera que as diferentes paixões tendiam a contraporem-se umas às outras e a equilibrarem-se mutuamente. É claro, como observamos antes, que o auto-interesse podia converter-se no vício do egoísmo, porém, neste caso, não haveria qualquer garantia de um resultado socialmente benéfico. Assim, há em Smith, como em Mandeville, uma conciliação de interesses, só que a natureza dessa conciliação é inteiramente diversa. Smith é adepto da concepção que foi chamada de “princípio da paixão equivalente contrária” (Hirschman, 1980), segundo a qual paixões como o auto-interesse, moralmente legítimas, podem controlar os efeitos potencialmente desastrosos de outras paixões.

Por que então a ênfase dada pelos leitores de Smith ao trecho em que este fala sobre a mão invisível, que é tão localizado em sua obra? Uma explicação possível é que o tom geral da obra de Smith é otimista, como reflexo mesmo do contexto em que vem à tona, que é o do Século das Luzes. Uma das características mais marcantes do Iluminismo, que autores como Hampson (1968) ressaltam, é a crença otimista no progresso da humanidade. Pensadores deístas, como parece ter sido Smith – assim chamados por rejeitarem a religião tradicional, mantendo, embora, uma postura religiosa –, acreditavam na Providência e concebiam a terra como algo construído por Deus para a felicidade humana. Em contraste com o pessimismo de Mandeville, a obra de Smith sobressai-se por admitir a possibilidade de progresso para a humanidade sem uma contrapartida necessária naquilo que seriam seus vícios. Mas há uma segunda explicação bastante plausível, para que

os seguidores de Smith tenham destacado algo que, em sua obra, não merece mais do que breves menções. É que as mudanças em curso na sociedade de final do século XVIII e início do século XIX favoreciam a idéia de uma mão invisível benéfica. Nas condições então vividas, não é de se estranhar a manifestação de um padrão muito comum na história das idéias, em que o que é lido não corresponde exatamente ao que é escrito; o que é escutado, ao que é dito. O capitalismo em expansão, transitando para sua fase industrial, encontraria guarida num ideário que previa a harmonização dos interesses individuais com o interesse público. Como defende Hirschman (1980), o choque moral necessário à emergência da economia política como ciência autônoma dissipara-se com a passagem do tempo. A sociedade européia que, 70 anos antes, havia reagido com indignação à idéia de uma colméia cheia de pecados, mas feliz, via, agora com bons olhos, a idéia de uma nação de indivíduos ambiciosos, industriais e prudentes, que promoviam o bem-estar da coletividade a despeito de suas próprias motivações particulares.

### **A divisão do trabalho e a riqueza das nações**

Podemos agora olhar um pouco mais diretamente para a teoria econômica de Smith. Para o fundador da economia política, o fundamento da riqueza das nações está na divisão do trabalho, visto que a especialização traz consigo enorme ganho de produtividade. Se antes um homem precisava ele mesmo construir sua casa, fazer suas roupas, preparar sua comida e seus utensílios, numa sociedade com divisão do trabalho, ele pode dedicar-se exclusivamente ao ofício em que se tornará mais produtivo, de modo que poderá trocar sua produção por muito mais bens do que se ele tivesse tentado ele mesmo produzir cada bem (*RN*, cap. 1).

A divisão do trabalho tem, segundo Smith, base na propensão à troca, que ele considera natural ao ser humano. Esta, por sua vez, baseia-se no auto-interesse de cada um. Ao se especializar e produzir para a troca, cada pessoa percebe que poderá obter, no final, um padrão de consumo maior do que aquele que obteria se tentasse desajeitadamente produzir tudo aquilo de que necessita (*RN*, cap. 2). Como observa o autor em sua famosa frase (*RN*, p. 26-7), não é da benevolência do açougueiro, do padeiro e do cervejeiro que esperamos nosso jantar, mas sim da consideração de seus próprios interesses. Isso se explica, porque estes indivíduos produzem com o interesse de obter algo em troca, e não simplesmente para ver os outros satisfeitos de consumirem seus produtos.

Certamente, isso não quer dizer que o açougueiro é um egoísta frio e calculista, nem que o padeiro é desonesto e gostaria de ver alguém morrer de fome às suas portas. O argumento de Smith trata simplesmente de trocas mutuamente vantajosas, como bem observa Amartya Sen (1987).

Assim, podemos argumentar que o auto-interesse é o fundamento último da riqueza das nações, visto que está por trás da divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, o simples fato de as pessoas fazerem trocas, porque têm interesse nelas, não autoriza a concluir que as pessoas são puramente egoístas, ou que nunca possam ser altruístas, mesmo em sua vida econômica.

Como argumenta Baroni (2003), a teoria de crescimento econômico de Adam Smith é um bom exemplo do Iluminismo do século XVIII. Em *RN*, Smith exalta o comportamento dos indivíduos parcimoniosos e prudentes, que deixam de gastar para investir seu capital em atividades produtivas. No outro extremo, ele condena as classes sociais que empregam trabalho não-produtivo, alimentadas pela atitude preguiçosa e dissipativa da aristocracia e sua tendência a empregar vastas quantias de dinheiro em serviços domésticos e itens supérfluos, ao invés de investi-las para gerar lucro.

Esse padrão reproduz-se em muitas passagens da obra, em que Smith contrapõe o comportamento prudente e sábio dos investidores com a atitude preguiçosa dos proprietários de terra, argumentando que o primeiro tipo de comportamento deveria gradualmente impor-se sobre o último. Nos vários trechos em que compara a elite dos donos de terra aos homens de negócios, os últimos são enaltecidos por sua pontualidade, eficiência e sabedoria. A presença de mãos improdutivas é relacionada a padrões feudais e ao estilo de vida ocioso e desfrutável da aristocracia agrária, enquanto a sociedade atual é mais industriosa por haver menos gente empregada na “manutenção da ociosidade”.

Assim, o principal protagonista dessa nova sociedade comercial seria o homem de negócios prudente, personagem que já havia sido descrito na *TSM* como um campeão de frugalidade e probidade. A classe dos negociantes prudentes seria integrada por homens que se fazem por si mesmos (*self-made men*), e que não enxergam, na riqueza, uma fonte de prazeres vazios e voláteis, e sim um instrumento para atingir a segurança econômica, principal objeto da prudência. Aí reside o elo entre as duas obras principais de Smith. O comportamento do homem de negócios prudente é visto como uma espécie de “aptidão moral”. O indivíduo que está disposto a poupar, investir e agir com sabedoria será recompensado, diz Smith, não apenas com a riqueza material, mas também com a aprovação do espectador impar-

cial, aquele “homem dentro do peito” que é o centro de suas atenções na *TSM*.

O entusiasmo de Smith pelo comércio e pelas manufaturas manifesta-se em outras partes da *RN*, onde chegam a ser apresentados como a melhor política de prevenção de crimes. O autor compartilha a crença do século XVIII segundo a qual “o interesse não mentirá”. É dessa forma que ele descreve os princípios motivadores da natureza humana, dentre os quais a propensão do indivíduo a melhorar suas próprias condições. Embora “calmo e desapassionado”, diz ele em outro trecho célebre, esse desejo vem do útero, e acompanha o indivíduo até o túmulo. (*RN*, livro II, cap. 3) Aqui se reforça o vínculo entre a teoria econômica de Smith e sua filosofia moral, entre o Smith filósofo e o Smith economista.

## A Economia Clássica

À guisa de conclusão, é interessante notar que a obra de Smith, ao inserir-se na chamada tradição clássica, traz uma preocupação geral bastante distinta da teoria que hoje chamamos de neoclássica. Como observa Lewis (1954), a tradição clássica tinha como preocupações básicas fundamentalmente os problemas do crescimento e da distribuição de renda, ao passo que a teoria neoclássica preocupa-se basicamente com a alocação eficiente de recursos num contexto essencialmente estático.

Há uma segunda observação importante: destacar que Smith tinha preocupações eminentemente práticas, e um alvo principal da *Riqueza das Nações* é a política mercantilista vigente na época, à qual se opunha ferozmente. Dada sua preocupação prática, há na *RN* um extensivo estudo histórico, bem como análises de diversas instituições de sua época – da Companhia das Índias Orientais à universidade e à igreja, além de considerações sobre o papel do governo (Ortman, 1999; Skinner, 1976). Adam Smith não foi, contudo, defensor cego do *laissez-faire* – expressão que, aliás, jamais usou, ao menos em seus livros –, muito embora realmente tenha defendido a liberdade econômica contra os privilégios e restrições do mercantilismo. Ao mesmo tempo, não era grande defensor do governo, que, em sua época, era, em todo o caso, muito menos confiável e operante do que é hoje, como argumenta Rosenberg (1979).

Smith escreveu na época da Revolução Industrial e viveu as revoluções liberais Americana e Francesa, de modo que tanto a industrialização como o liberalismo são elementos bastante presentes em seu pensamento. Sua bandeira política de relevância

imediatamente contribuiu muito para a fama de seu livro já na época de seu lançamento. Não seria, porém, suficiente para explicar seu impacto duradouro, que seguramente deve ser atribuído a uma série de outros fatores. Naturalmente, Smith não “inventou” o mecanismo de mercado, porém sua descrição eloqüente do mesmo e da operação das forças de oferta e demanda constitui o marco que o torna efetivamente o ponto inicial universalmente reconhecido de toda a teoria econômica. Antes dele, outros já haviam descrito o funcionamento deste mecanismo, notadamente alguns economistas franceses, mas a força de síntese de boa parte do pensamento econômico anterior, bem como a eloqüência de sua análise, dão a Smith o merecido título de fundador da economia.

### Refêrencias bibliográficas

BARONI, Chiara. The road to virtue. Adam Smith's economic of happiness. In: CONFERÊNCIA THE PARADOXES OF HAPPINESS IN ECONOMICS, UNIVERSITY OF MILANO-BICOCCA, 21-23 mar. 2003.

BIANCHI, Ana Maria. *A Pré-história da Economia – de Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec, 1988.

HAYEK, Friedrich von. The Results of Human Action but not of Human Design. In: *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, The University of Chicago Press, 1967.

HAMPSON, Norman. *The enlightenment*. Middlesex: Penguin Books, 1968.

HIRSCHMAN, Albert. *Retórica da Intransigência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HIRSCHMAN, Albert. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LEWIS, Arthur. Economic Development with unlimited supplies of labour, *Manchester School*, 22, 1954.

MACFIE, A.L. e RAPHAEL, D.D. Introduction. In: SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*. Oxford University Press, 1976.

ORTMANN, A. The nature and causes of corporate negligence, Sham lectures and ecclesiastical indolence: Adam Smith on joint stock companies, teachers and preachers. In: *History of Political Economy*, v. 31 (2), 1999.

ROSENBERG, Nathan. Adam Smith and laissez faire revisited. In: O'Driscoll (ed.), *Adam Smith and modern political economy*. Iowa: University Press, 1979.

SEN, Amartya. Comportamento Econômico e Sentimentos Morais. In: *Sobre Ética e Economia* (1987). São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SKINNER, Andrew. Introduction. In: SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and the Causes of the Wealth of Nations (1776)*. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith. Oxford: University Press, 1976.



SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and the Causes of the Wealth of Nations*. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith. Oxford: University Press, 1776/1976.

SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith. Oxford: University Press, 1759/1976.

O tema deste caderno foi apresentado no 1º Ciclo de Estudos  
“Repensando os Clássicos da Economia”,  
dia 17 de março de 2005.

## TEMAS DOS CADERNOS IHU IDÉIAS

- N. 01 – *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel.
- N. 02 – *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert.  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss.
- N. 03 – *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó.
- N. 04 – *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer.
- N. 05 – *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch.
- N. 06 – *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro.
- N. 07 – *Mundos televisivos e sentidos identiários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp.
- N. 08 – *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte.
- N. 09 – *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos.
- N. 10 – *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo.
- N. 11 – *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi.
- N. 12 – *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi.
- N. 13 – *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert.
- N. 14 – *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt.
- N. 15 – *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel.
- N. 16 – *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão.
- N. 17 – *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri.

- N. 18 – *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida.
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo.
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior.
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli.
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio.
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rodhen.
- N.24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini.
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário.
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS. Rosa Maria Serra Bavaresco.
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco.
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes.
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof<sup>o</sup> MS. José Fernando Dresch Kronbauer.
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva.
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz.
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay - Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf.
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha.
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana.



**Ana Maria Bianchi** (1945) é natural do Rio de Janeiro, RJ. É graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1968). Desde 1976, é professora na Universidade de São Paulo – USP, onde concluiu o Mestrado (1971) e o Doutorado (1981) em Sociologia, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Sua tese de doutorado intitula-se *Mobilidade, estratégia de sobrevivência*.

### **Publicações:**

Would a Latin American Economics Make Sense?" In: Edward Fullbrook (ed.). *Student's Guide to What's Wrong with Economics*, Anthem Press, 2004; Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da história do pensamento econômico. *Econômica* v. 4, n. 2, p. 153-76, dez 2002. (co-autoria com Rubens Nunes); For different audiences, different arguments: economic rhetoric at the beginning of the Latin American School. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 24, n. 3, p.291-305, set. 2002; Raul Prebisch and his discourse: A rhetorical perspective on the beginnings of the Latin American economic school. *Journal of Economic Methodology* 6(3): 423-38, 1999. (co-autoria com Cleofas Salviano Jr.); *A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec, 1988.



**Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos** (1979) é natural do Rio de Janeiro, RJ. Graduado em Economia, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/FEA da Universidade de São Paulo (USP) (2002), atualmente cursa o Mestrado em Desenvolvimento Econômico, no Instituto de Pesquisas Econômicas/IPE – USP.